



MUNICÍPIO DA NAZARÉ  
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

**LOCAL:** TRAVESSA PAROQUIAL — Nazaré

**ASSUNTO:** “Pedido de Licença para obras proc-178-06”

**PROCESSO Nº:** 178/06

**REQUERIMENTO Nº:** 2409/22

**DELIBERAÇÃO:**

Deliberado em reunião de câmara realizada em ...../...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

**DESPACHO:**

À Reunião de Câmara  
05-01-2023

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.  
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

**CHEFE DE DIVISÃO:**

À Dra. Paula Veloso  
Para inserir na ordem do dia da  
próxima reunião da Câmara Municipal,  
conforme Despacho do Sr. Presidente.  
05-01-2023

Helena Pola

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

**CHEFE DE DIVISÃO:**

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré,  
Concordo, pelo que proponho o deferimento do pedido de concessão de licença especial para a conclusão da obra com base nos fundamentos e termos do teor da informação, com submissão ao órgão executivo para tomada de decisão.

05-01-2023

Maria Teresa Quinto  
Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico

**INFORMAÇÃO**

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,  
Dr. Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

Tipo de Processo: Processo de Licenciamento de obras

Objeto do requerimento: Requer licença especial para obras inacabadas de edifício habitacional.

1. Foi emitido o alvará de licença de obras de construção n.º 142/08.
2. Por deliberação tomada em Reunião de Câmara de 03 de novembro de 2022, foi declarada a caducidade do processo de licenciamento, por as obras não terem sido concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.
3. Vem o interessado requerer alvará de licença especial para proceder a obras de inacabadas, por um período de 18 meses, apresentando para o efeito os seguintes elementos:
  - a)- Calendarização;
  - b)- Fotografias do estado do imóvel;
  - c)- Descrição do estado da obra e dos trabalhos que faltam realizar.
4. A construção está em avançado estado de construção, conforme se comprova pelas fotografias apresentadas, havendo interesse efetivo na sua continuidade quer do ponto de vista urbanístico quer do ponto de vista da segurança de pessoas e bens e do arranjo estético.
5. Da análise da instrução do processo verifica-se que o requerente tem legitimidade e o mesmo se encontra instruído.
6. Assim e nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 09 de Setembro, propõe-se:
  - a)- O deferimento, por um período de 18 meses.**
7. Caso a decisão proferida seja de acordo com o proposto no ponto anterior, deve o interessado requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano, anexando os seguintes elementos:

- a)- Termo de Responsabilidade pela direção técnica da obra;
- b)- Declaração de Associação ou Ordem Profissional do técnico responsável;
- c)- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico;
- d)- Alvará de construção emitido pelo IMPIC, IP – Classe 01 ou superior;
- e)- Apólice de Seguro de responsabilidade civil com recibo de pagamento;
- f)- Apólice de Seguro de acidentes de trabalho com recibo de pagamento;
- g)- Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços entre a empresa construtora e o diretor técnico da obra;
- h)- Plano de segurança e saúde;
- i)- Livro de Obra com menção do termo de abertura;
- j)- Certidão permanente da empresa.

05-01-2023



Nuno Ferreira  
Engenheiro Civil